

39º Encontro Anual da Anpocs

GT 36 – SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Bullying: uma violência que desafia a escola

Pâmela Esteves

Bullying: uma violência que desafia a escola

Introdução

Pâmela Esteves¹

Vivemos em tempos sombrios. Essa foi a frase de Hannah Arendt (1978) quando se referiu às crises da modernidade: a crise da autoridade, a crise da política e a crise da educação. Talvez, a filósofa alemã não estivesse se referindo somente às origens e consequências do totalitarismo, mas também ao processo de desestruturação do mundo moderno que resultou no fortalecimento das intolerâncias (Honneth, 2001) e no uso da violência como forma de poder (Foucault, 2005).

Tempos sombrios também pode ser uma forma de compreender a complexidade da vida moderna, principalmente se pensarmos que o colapso das hierarquias sociais possibilitou que uma parcela majoritária da população (até então insignificante), passasse a lutar por seus direitos, instaurando uma busca constante pelo reconhecimento de suas identidades singulares. Nesse caso, o aspecto sombrio está relacionado às transformações inauguradas e processadas pelos tempos modernos. Do ponto de vista histórico, a segunda metade do século XIX e o século XX fornecem uma lista de acontecimentos que ilustram essas transformações: a universalização do sufrágio, a busca por direitos individuais, o nascimento do movimento operário lutando por direitos trabalhistas e os movimentos sociais da segunda metade do século XX. É verdade que Hannah Arendt não escreveu sobre os *sujeitos diferentes* que passaram a reivindicar direitos no contexto do mundo moderno, mas classificou como sombrio as consequências da crise dessa mesma modernidade que até o momento falhou no cumprimento de suas promessas fundamentais: Liberdade, Igualdade e Fraternidade

Contudo, não podemos ignorar que a modernidade contribuiu para “arruinar” séculos e séculos de um mundo estamental, hierarquizado e

¹ Doutora em Educação pela Puc-Rio e professora adjunta do Departamento de Educação da UERJ - FFP

dogmatizado. Entretanto as “novas” sociedades, das ditas democracias modernas, tiveram que aprender a construir um novo projeto social. Tal “empreendimento” está fundamentado na configuração de uma esfera pública atuante enraizada no indivíduo como o elemento propulsor da organização sociopolítica moderna.

É nesse contexto que emerge a temática do reconhecimento das identidades e culturas vistas como diferentes, pois o indivíduo que suportou as transformações sombrias da modernidade passou a lutar pelo direito de ser diferente e ter suas diferenças reconhecidas e valorizadas. O não reconhecimento da diferença e suas consequências mais recorrentes, a intolerância e as diversas formas de preconceitos, estruturaram a construção de lutas sociais e políticas cuja maior expressão é o Multiculturalismo.

Esse artigo tem como objetivo principal compreender a problemática do (não) reconhecimento da diferença no ambiente escolar. Defendemos a premissa que na escola os estudantes lutam cotidianamente para serem reconhecidos e aceitos por seus pares. Na maioria das vezes o bullying acontece quando um estudante não é reconhecido por ser “diferente”, por isso a intolerância à diferença vem se tornando um dos maiores desafios para as escolas atuais.

Para facilitar a compreensão do leitor dividimos o texto em três partes encadeadas. Na primeira parte apresentamos o bullying enquanto uma violência escolar singular oriunda da dificuldade que os estudantes encontram em conviver e aceitar a diferença no cotidiano escolar. Na segunda parte, discutimos a temática do bullying a partir dos estudos multiculturais de Charles Taylor. Na terceira parte, buscamos relacionar o comportamento bullying ao processo de banalização da violência a partir do conceito de banalidade do mal de Hannah Arendt e dos relatos de estudantes adolescentes de uma escola de grande porte da rede estadual do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2009, em Guarulhos (SP), uma menina de 14 anos desmaiou na porta da escola após uma briga. A menina levou socos e chutes até perder a consciência. Ela contou que a agressora sempre a ameaçava pelos corredores da escola e isso já durava mais de um mês. O pai da agressora foi chamado pela direção da escola e definiu o fato como “*uma simples brincadeira de criança*”, que acontece todos os dias em todas as escolas.²

Em 2014, uma estudante de 15 anos foi espancada dentro da sala de aula, por colegas na Escola Estadual Castelo Branco, em Limeira. Segundo o pai da vítima, o motivo da agressão é a beleza da filha. A adolescente sofreu ferimentos no rosto e no pescoço. Além de tapas e socos, uma tesoura chegou a ser utilizada pelas agressoras. “*Minha filha chama muito a atenção. [...] Eu já fui chamado outras vezes, quando minha filha foi xingada. Era uma tragédia anunciada.*”

O caso de maior gravidade envolvendo bullying no Brasil aconteceu em 2011. Um ex-aluno entrou na Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro e atirou contra os alunos. No total, 13 pessoas morreram, entre elas o próprio atirador, e pelo menos, mais 12 ficaram feridas. Na época que o crime ocorreu o que chamou atenção foi a referência que Wellington Menezes fez às práticas de bullying. Em quase todos os vídeos produzidos por ele e divulgados após o massacre, o ex-aluno menciona que sofreu bullying durante sua vida escolar. Ele deixou registrado que se as instituições de ensino tivessem “*descruzado os braços e feito algo sério no combate a esse tipo de práticas*” o ataque não teria acontecido.

O que esses casos têm em comum? 1-Foram tratados como brincadeiras cotidianas de crianças. Essa visão foi compartilhada tanto pela direção da escola quanto pelos pais dos agressores. 2- A escola não conseguiu lidar claramente com a situação. 3- Enfatizam algum tipo de intolerância à diferença (peso, beleza, timidez, aparência esquisita). 4- Resultaram em violências físicas e agressões verbais. 5- O sofrimento é relatado como algo imensurável, sendo o

² Jornal da Globo de São Paulo – SPTV, G1 Portal de Notícias da Globo, 2009. Acessado em 20 de junho de 2014.

último caso fatal. 6-O mal cometido é visto como algo corriqueiro, banal, cotidiano. Diante desses casos e dos muitos outros que acontecem todos os dias nas escolas do Brasil e do mundo nos perguntamos o que está por trás das práticas de bullying? Por que o bullying acontece? E como podemos compreender esse tipo de violência escolar?

O cotidiano escolar é permeado de produção e resolução de conflitos. Quando os conflitos surgem, os estudantes são desafiados a demonstrar suas capacidades de resolver e se defender. Os estudantes que não demonstram essas habilidades, geralmente os mais tímidos e introspectivos, acabam se tornando vulneráveis diante dos sujeitos mais agressivos. Em alguns casos, o conflito é instaurado de maneira corriqueira, pois alguns estudantes desrespeitam e ofendem seus pares por motivos relacionados à aparência física (“gordos”, “orelhudos”, “magricelos”, “grandalhões”, “narigudos”); por motivos étnicos (“china”, “amarelo”, “asiático”, “negro”, “criolo”, “neguinho”, “tiziú”, “cigano”); por motivos fisiológicos (“fanho”, “gago”); por características comportamentais (“lerdo”, “sem noção”); por orientação sexual (“viadinho”, “sapatona”), por posição social (“favelado”, “suburbano”), entre outros.

A diferença, mesmo quando mínima, na maioria das vezes é recebida com crueldades. São xingamentos, apelidos, perseguições, ameaças, humilhações, atos de desrespeito, agressões físicas, verbais, virtuais e vários outros tipos de violência. Quando essas crueldades são repetitivas e entre pares são conceituadas como práticas de bullying.

Não são conflitos normais ou brigas que ocorrem entre estudantes, mas verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças, que, sistematicamente, com violência física e psicológica, são repetidamente impostos a indivíduos particularmente mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que os leva no mais das vezes a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização (COSTANTINI, 2004, p. 69).

O bullying começou a ser estudado na década de 1970 na Suécia. A partir de 1990, na Noruega, o professor Dan Olweus, pesquisador da Universidade de Bergen, começou a investigar o assunto a partir de casos de suicídios ocorridos entre adolescentes, que sofriam agressões na escola.

Olweus (1978) elaborou as primeiras características para se detectar os casos de bullying e os diferenciou de interpretações errôneas, como gozações isoladas, incidentes, brincadeiras agressivas próprias do processo de amadurecimento de crianças e adolescentes. As seis características estabelecidas por Olweus (1978, p.236) como específicas do bullying são: ações repetitivas contra a mesma vítima; agressões num período prolongado de tempo; desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima; dificuldade da vítima em se defender; ausência aparente de motivos que justifiquem os ataques; atos de violência ocorridos entre pares.

Uma primeira característica comum aos casos de bullying que nos ajuda a conhecer esse comportamento é a dificuldade que os estudantes encontram em conviver e aceitar as diferenças. Essa dificuldade não é exclusiva dos estudantes. Sabemos que em nossa sociedade algumas diferenças têm sido estigmatizadas, principalmente, quando estas contrariam o que está socialmente acordado como padrão de normalidade. Todavia, na escola, a diferença é constantemente colocada à prova, isto porque a escola foi pensada e construída no formato de uma instituição uniformizadora, que historicamente pouco assimilou o reconhecimento das diferenças.

O lamentável é que a escola pode também ser um mecanismo de exclusão, dando a alguns o acesso aos mecanismos de poder (direito, língua, história, ciência etc.) e negligenciando a outros. A escola pode sociabilizar com ênfase no respeito à diferença, mas pode também uniformizar (uniformes, provas únicas, currículo único, a mesma maneira de ensinar para todos). (ANDRADE, 2009, p. 23).

A luta para transformar as diferenças em direitos não necessariamente significa garantia de respeito às mesmas. Se, por um lado, as diferenças vêm alcançando reconhecimento social, por outro lado, por mais paradoxal que pareça, é justamente a luta por esse reconhecimento que pode levar a reações violentas e intolerâncias em relação à diferença. Há ainda dificuldades em aceitar que determinadas minorias possam ser dignas de respeito. Lembremos, por exemplo, no caso do Índio Galdino Jesus dos Santos que foi queimado vivo por jovens de classe medial em Brasília. Na época do crime, em 1997, a defesa dos adolescentes alegou que eles atearam fogo no índio porque pensaram que

era um morador de rua. Essa justificativa demonstra o quanto a intolerância à diferença é assassina e nos faz refletir sobre o (não) reconhecimento social de determinados grupos, vistos como descartáveis. Essa mesma intolerância assassina está presente no caso absurdo da empregada doméstica Sirlei Dias de Carvalho, que foi agredida por cinco jovens de classe média na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro em junho de 2007, enquanto aguardava um ônibus para voltar para casa. Os jovens a agrediram com chutes na cabeça e roubaram seus pertences, depois de presos os universitários alegaram que confundiram Sirlei com uma prostituta, como se isso justificasse tal atitude.

Em ambos os casos as vítimas são minorias marcadas pela diferença, um índio e uma mulher pobre. O argumento – um morador de rua e uma prostituta – utilizado para amenizar a situação também caracteriza a presença da diferença. É como se houvesse uma hierarquia dentro das diferenças que permitisse que um morador de rua e uma prostituta tenham menos, ou nenhum, valor em relação a um índio e uma empregada doméstica. Nos casos de bullying, acreditamos ser esse mesmo sentimento de negação da diferença que leva um estudante ou grupo de estudantes a humilhar o seu par, tratá-lo com desmerecimento, persegui-lo e se sentir-se feliz em promover o sofrimento alheio. Mesmo admitindo que o bullying, visto como uma violência escolar, não seja uma novidade, o atual contexto de intolerância que caracteriza as relações intersubjetivas na escola parece ser novo e assustador para a toda comunidade escolar. Esse contexto é assinalado pelo aumento e uso de violência como mecanismo de resolução de conflitos, pela repetição das ofensas e humilhações e pela incapacidade de aceitar a diferença.

II

Taylor: em busca do reconhecimento das diferenças

Para Taylor (1996), a necessidade de reconhecimento social está relacionada à noção de identidade. “Identidade” designaria algo como uma compreensão de quem somos, de nossas características definidoras e fundamentais como seres humanos. De acordo com o filósofo canadense, a identidade pode ser moldada, parcialmente, pelo reconhecimento errôneo por parte

dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos se as outras pessoas ou grupos ao redor lhes devolverem um quadro redutor, desmerecedor ou desprezível sobre si mesmas. “O não-reconhecimento ou reconhecimento errôneo pode causar danos, pode ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa falsa modalidade de ser, distorcida e inferior” (TAYLOR, 2000, p. 298). Nesta perspectiva, o reconhecimento é vital para a construção da identidade, pois permite o fortalecimento das escolhas e decisões que caracterizam as relações intersubjetivas. Negar o reconhecimento da identidade ou atribuir um reconhecimento negativo porque esta se apresenta como diferente do padrão dominante pode contribuir para a destruição da mesma.

No processo de formação da identidade moderna, Taylor (2000) argumenta que após a queda da sociedade tradicional e hierárquica – denominada pelos historiadores de Antigo Regime – o Iluminismo e a Revolução Francesa construíram uma nova compreensão da identidade individual, o que Taylor (2000) conceitua como um novo ideal de “autenticidade”. Trata-se de uma identidade particular, única e correspondente apenas a mim mesmo, que sempre esteve presente em minhas ações, mas que foi impedida de se concretizar devido à estrutura rígida e estamental que caracterizou as sociedades do Antigo Regime. Quando esta estrutura começou a enfraquecer, novos valores foram construídos e a igualdade passa a ser um valor central. Assim, o ideal de dignidade humana começa a se estruturar centrado no valor da igualdade. Esta nova sociedade trouxe para a concepção de identidade um sentimento de individualidade que cada ser humano pode descobrir em si mesmo e, que diz respeito a uma maneira particular de ser, ainda que todos partilhem, teoricamente, a mesma dignidade humana.

Contudo, para Taylor (2000, p. 248), a descoberta de minha identidade única e particular não significa uma produção de mim mesmo em um isolamento íntimo. Implica que há uma negociação dialógica entre o eu e o outro. O ideal de autenticidade surgido na modernidade leva, em primeiro plano, à importância do reconhecimento, ou seja, a minha própria identidade é dependente de minhas relações dialógicas com os demais.

Assim, o processo de formação da identidade moderna também conduziu a uma política da diferença. O ideal de autenticidade – que Taylor (2000) traduziu como “o ser fiel a mim mesmo” – atinge um sentido pragmático quando postula que todos devem ter reconhecida a sua identidade única, particular, peculiar. A política da diferença está fundada na necessidade de reconhecermos as particularidades de um indivíduo ou grupo de indivíduos e os valores e as escolhas que os distinguem dos outros. Trata-se de garantir que todas as identidades possam se desenvolver sem serem assimiladas ou incorporadas a uma identidade dominante.

A política da diferença, diante da discriminação histórica de grupos minoritários ou marginalizados, defende que não é possível um ideal pleno de igualdade universal dadas as discrepâncias sociais e econômicas nas quais nos encontramos, o que implica que os grupos desfavorecidos historicamente enfrentam desvantagens materiais e simbólicas frente aos grupos dominantes. Entre aqueles que defendem a política da diferença, estão os que apregoam políticas de discriminação reversa (discriminação positiva), oferecendo às pessoas de grupos marginalizados oportunidades mais favoráveis, tais como a reserva de vagas para o ingresso em universidades ou para postos de trabalho, as preconizadas e polêmicas “políticas de ação afirmativa”.

Na opinião de Taylor (2000), tanto a política da igualdade quanto a política da diferença se forem defendidas de forma unilateral não resolvem os problemas que permeiam a sociedade contemporânea. A unilateralidade das posturas políticas não consegue articular os elementos constitutivos de valor que subjaz a cada uma delas.

Assim, essas duas modalidades de política, ambas baseadas na noção de respeito igual, entram em conflito. Para uma delas, o princípio do respeito igual requer que tratemos as pessoas de uma maneira cega às diferenças. A intuição fundamental de que os seres humanos merecem esse respeito concentra-se naquilo que é o mesmo em todos. Para a outra, temos de reconhecer e mesmo promover a particularidade. A reprovação que a primeira faz à segunda é simplesmente que ela viola o princípio de não-discriminação. A reprovação que a segunda faz à primeira é a de que ela nega a identidade ao impor às pessoas uma forma homogênea que é infiel a elas (TAYLOR, 2000, p. 254).

É diante desse impasse que Taylor (2000) propõe uma política do reconhecimento, com o objetivo de atender às demandas que dizem respeito ao ideal de igualdade das democracias modernas e ao reconhecimento das idiossincrasias e especificidades das várias tradições culturais e das múltiplas formas de identidades constituídas historicamente. A política do reconhecimento evitaria o perigo de cairmos no universalismo da dignidade fundado apenas no direito formal, que pode mascarar desigualdades fundadas em diferenças, bem como explorações que subjazem em nossas sociedades. As políticas do reconhecimento traduziriam o compromisso de lutar por uma igualdade interessada nas diferenças que nos constituem como seres humanos. Por outro lado, as políticas da igualdade reforçariam a garantia de que nenhuma diferença pode fundamentar a desigualdade de fato. Assim, diferença e igualdade estariam sempre articuladas e limitadas uma pela outra. Essa mesma visão é compartilhada por Santos (2006, p. 78) que defende uma proposta de complementaridade entre as políticas de igualdade e as políticas da diferença. “Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças”.

Portanto, podemos afirmar sem receios que o ideal de autenticidade justifica o reconhecimento da diferença. Em outras palavras, os atributos que o indivíduo descobre em si mesmo e que o diferencia dos outros ao seu redor são sentidos por esse indivíduo como dignos de serem reconhecidos e validados em suas relações intersubjetivas. A negação desse tipo de reconhecimento, que acreditamos acontecer no comportamento bullying, constitui um atentado à autenticidade e à autorrealização da identidade única, peculiar e autêntica e, por vezes, pode acarretar muito sofrimento a sua existência.

III

Arendt: o bullying como uma expressão da

“banalidade do mal”?

Até aqui argumentamos que o bullying é um tipo específico de violência escolar oriundo da dificuldade que os estudantes encontram em conviver com as diferenças que nos constituem enquanto seres humanos. Contudo, acreditamos que o não reconhecimento da diferença é ainda insuficiente para justificar práticas de violência tão cruéis e persistentes como o bullying. Neste sentido, a fim de compreender melhor o que está por trás da motivação para o bullying, apostamos nas contribuições de Arendt (1999) com seu estudo sobre a “banalidade do mal”.

A questão do mal atravessa toda a reflexão político-filosófica arendtiana. A base da reflexão da pensadora é a experiência totalitária. Diante da dificuldade em entender a existência dos campos de concentração nazistas, Hannah Arendt iniciou um longo exercício de compreender o que havia acontecido durante a Segunda Guerra Mundial. O resultado desse exercício foi, num primeiro momento, a publicação de *As origens do totalitarismo*, onde Arendt (1989, p. 64) afirma que “um abismo se abriu diante de mim”.

O tema do mal, em Arendt (1999), não tem como pano de fundo a malignidade, a perversão ou o pecado humano. A novidade da sua reflexão reside justamente em evidenciar que os seres humanos podem realizar ações inimagináveis, do ponto de vista da destruição e da morte, sem qualquer tipo de motivação substantiva ou ontológica. O mal investigado por Arendt (1999) não é oriundo de nenhum tipo de sentimento de vingança, ódio, retaliação ou represália. Por isso, buscamos entender se há uma relação entre esse tipo de “mal sem raízes”, descrito por Arendt (1999), e o comportamento bullying. O pano de fundo da argumentação proposta pela autora é o processo de naturalização da sociedade e de artificialização da natureza, ocorrido com a massificação, a industrialização e a tecnificação das decisões e das

organizações humanas na contemporaneidade. O mal é abordado, desse modo, em uma perspectiva ético-política.

Segundo Arendt (1999), a banalidade do mal esconde seu verdadeiro lado, o escândalo do mal. Foi esse escândalo que a levou a aceitar o convite da revista *The New Yorker* para fazer a cobertura do julgamento de Adolf Eichmann ocorrido em Jerusalém, em 1962³. Eichmann foi oficial do regime nazista e um dos principais responsáveis pelo envio dos judeus aos campos de concentração. Em todos os relatos de Arendt (1999), verificamos uma profunda perplexidade com a forma de Eichmann falar das suas atividades militares no III Reich. Ele usava clichês, palavras de ordens e a lógica da obrigação do bom funcionário para justificar o seu comportamento. Para Eichmann, em nenhum momento, ele poderia ser enquadrado como criminoso, pois apenas cumpria a sua obrigação. Assim, em sua maneira de argumentar, seu crime seria sua lealdade às leis. Arendt (1999), de certa forma, reconhece que aquele oficial nazista era um ser humano normal, um bom pai de família, não possuía um ódio explícito ao povo judeu e não era motivado por uma vontade de transgredir ou por qualquer outro tipo de maldade.

Ao se debruçar sobre o caso Eichmann, Arendt (1999) descobre uma nova explicação para os atos maus, isto é, um mal sem relação com a maldade e que por isso podia ser banalizado, podia ocupar o lugar da normalidade. E isto era o que lhe causava mais espanto. Trata-se do mal sem causa aparente, sem raízes, sem profundidade, sem fundamento. O praticante desse mal não reflete sobre as consequências de suas ações, ele age semelhante a uma engrenagem da maquinaria burocrática, não há profundidade em seus argumentos, suas práticas apontam para ações racionais, mas sem justificativas socialmente coerentes. O mal “é como um fungo, não tem raiz, nem semente” (KOHN, 2001, p. 14), mas se espalha rapidamente na superficialidade daqueles que não pensam.

³ As questões jurídicas e filosóficas envolvidas nesse caso foram muito bem debatidas no livro *Justiça em tempos sombrios*, de Christina Ribas (Ed. UEPG).

O mal presente nas práticas de bullying é banalizado por que não tem explicação convincente, não tem motivação relevante, não é ideológico, não é patológico e muito menos demoníaco, tal como aprendemos com Arendt (1999, p. 124). Contudo, o fato do mal presente nas práticas de bullying ser banalizado, não significa que seja comum, natural, sem importância ou gravidade. “Um ato mal torna-se banal não por ser comum, mas por ser vivenciado *como se fosse* algo comum. A banalidade não é normalidade, mas passa-se por ela, ocupa indevidamente o lugar da normalidade” (ANDRADE, 2010, p. 19). O bullying não é um comportamento comum, mas assume o lugar de comum, e, em geral, é tratado pelas escolas e pelas famílias como algo menor, corriqueiro, uma simples brincadeira de criança. Essa visão só contribui para fortalecer a banalidade do mal presente no bullying. O bullying não é comum, não é natural, mas sim um comportamento maliciosamente banalizado, mas não no sentido de trivial. “O mal por si nunca é trivial, embora ele possa se manifestar de tal maneira que ocupe o lugar daquilo que é comum” (ASSIS, 2001, p. 144).

É exatamente por ocupar o lugar da normalidade que o mal esconde o seu horror, o seu escândalo. Novamente podemos nos remeter aos casos de bullying. Quando um estudante agride seu colega sem motivos que justifiquem sua ação, essa agressão torna-se uma constante. O cenário tende a se agravar se ninguém se manifestar contra a violência que está sendo empregada, e é nesse momento que o comportamento bullying é banalizado e assume o lugar de normalidade. Esse processo pode se repetir múltiplas vezes e a banalidade do mal contribui para esconder o escândalo e o horror que o bullying acarreta para todos os envolvidos.

Para compreender as singularidades do bullying realizamos uma pesquisa qualitativa com 147 estudantes adolescentes de uma escola de referência da rede estadual do Rio de Janeiro. Aplicamos um questionário aos estudantes e a partir da interpretação das respostas elaboramos uma entrevista que foi direcionada a 10 dos 147 estudantes que responderam o questionário inicialmente. Nos questionários o que mais nos chamou atenção foi a grande quantidade de respostas superficiais que os estudantes apresentam quando

interrogados sobre a autoria das práticas de bullying. As respostas nos permitiram relacionar os dados encontrados com a “banalidade do mal”, pois corroboraram a tese da ausência de profundidade e da superficialidade dos motivos.

No geral, os estudantes responderam que há três “motivos” que levam às práticas de bullying: **1- Busca pelo poder**: “uma forma de mostrar superioridade sobre os demais”; “o fato de eles acharem que são superiores a determinada pessoa e fazer questão de humilhá-la”; “eles querem se sentir melhor do que os outros”; “basicamente, insegurança com relação a si próprios, o que os leva a querer inferiorizar outros para se sentirem melhor”; “o sentimento de querer ser melhor”; “a busca de alguma liderança, status na escola”. **2- Exibição individual**: “fazer os outros rir”; “se divertir”; “atenção recebida pela ação”; “aparecer”. **3- Causar sofrimento**: “achar graça no sofrimento dos outros”; “falta de amor próprio, falta de respeito e consciência que está machucando outra pessoa”; “pode ser a intenção de fazer o outro sofrer, talvez por conta do que aconteça em casa”; “tornar o alvo motivo de piada, gastação entre a galera”; “não terem respeito pelas outras pessoas, não terem valores”.

Ora, buscar uma liderança, desejar ser popular e fazer o outro sofrer sem nenhum motivo precedente nos parece superficial para justificar agressões psicológicas e físicas tão graves e cruéis quanto às relatadas pelos próprios estudantes. A sensação que temos é que os agressores de bullying, apesar de terem consciência de suas atitudes são incapazes de refletir sobre as consequências mais profundas das mesmas. Trata-se de um mal que não apresenta causas moralmente justificáveis, um mal sem motivos, sem raízes e sem explicações contundentes.

Apesar de Arendt (1999) ter cunhado o termo “banalidade do mal” após conhecer e acompanhar o caso Eichmann, não acreditamos que ela se referia a uma situação isolada na qual o mal só poderia ser banalizado naquelas circunstâncias específicas. Para Arendt (1999), Eichmann é um paradigma do homem de massa e, por isso mesmo, este tipo de ser humano precisa ser conhecido, pois ele surge nas sociedades contemporâneas, nas quais os seres

humanos são supérfluos e superficiais (ANDRADE, 2010, p. 20). Se Eichmann não é um caso atípico e se podemos interpretá-lo como um paradigma, então, podemos indagar se nos casos de bullying a banalidade do mal também é oriunda dessa destituição do sujeito, pois “a banalidade do mal consiste em um fenômeno humano que transcende a situação contingente do julgamento de Eichmann” (SOUKI, 2006 p. 101). Não estamos afirmando que os autores de bullying teriam a mesma personalidade de Eichmann, mas podemos pensar até que ponto adolescentes numa escola de massas e numa sociedade de massas também pertencem a uma realidade social que vem naturalizando a violência, banalizando os valores, os julgamentos e, até mesmo, a política enquanto instrumento de organização da vida social. O que gostaríamos de ponderar é que vivemos em uma sociedade de massas e a escola parece não estar alheia ou imune a esta realidade social. Se a realidade em que vivemos é marcada por sujeitos supérfluos e descartáveis, que perderam a capacidade de pensar e refletir, esses sujeitos podem se tornar vítimas e agentes da banalidade do mal, inclusive no ambiente escolar.

Consideramos que, na escola, a banalidade do mal não atinge apenas os agressores, mas também as vítimas e as testemunhas de práticas de bullying. A diferença é que os agressores possivelmente agem banalizando o mal com o objetivo de atingir seus pares, enquanto as testemunhas e as vítimas atingidas por essa maldade banalizada contribuem para efetivação desse processo quando não denunciam (no caso das testemunhas) e/ou não conseguem reagir (no caso das vítimas). E por que se omitem? Por que não conseguem reagir? Provavelmente porque acreditam que aquela maldade é natural, é comum, faz parte do cotidiano escolar. Se esse for o caso, o mal assume o lugar da normalidade e isso o faz banalizado, pois ele esconde o lugar do horror e do escândalo.

Será que a diferença é renegada, apontada, estereotipada, intolerada e discriminada por que estaríamos vivenciando um processo ideológico que inferioriza constantemente os diferentes? Se isso procede, será que podemos pensar que essa ideologia invade cotidianamente o senso comum (o mundo

comum compartilhado de onde parte o pensamento), contamina nossa capacidade de pensar e nos leva ao conformismo? Nesse caso, será que esse conformismo nos leva a acreditar que a diferença deve ser tratada com inferioridade? Se esse raciocínio estiver coerente, a banalidade do mal acontece no momento em que tratamos a diferença com desprezo porque perdemos a espontaneidade para pensar e porque nossa capacidade de pensar está ausente, contaminada por valores artificiais e meramente normativos, que nos impede de estabelecer um julgamento verdadeiro. “Esse esvaziamento do pensar, operado pela ideologia, produz à indiferença ao mal”. (ARENDRT, 1999, p. 56).

A diferença desafia a escola e, em geral, é vista e tratada como negativa. O senso comum que se produz e reproduz no cotidiano escolar nos parece estar contaminado pela ideologia da intolerância à diferença. Esse cenário tende a esvaziar o pensamento de estudantes e professores, contribuindo para julgamentos preconceituosos, intolerantes e discriminatórios. Talvez, por isso, quando interrogamos os estudantes sobre os motivos que os levam a praticar o bullying as respostas nos parecem vazias, injustificáveis, sem conteúdo.

A banalidade do mal tem a capacidade de transformar o mal em algo comum e esconder sua monstruosidade. É isso que acreditamos acontecer no comportamento bullying. O estudante que agride seu par, quando interrogado sobre sua atitude, não consegue compreender a gravidade de sua ação, entende seu comportamento como algo normal e, geralmente culpabiliza a vítima, atribuindo a ela algum defeito que supostamente justificaria a ação. Muitas vezes, admite não saber o que o levou a praticar determinada violência. Como isso é possível? O que faz com que crianças e adolescentes violentem repetidamente seus pares acreditando que suas atitudes são normais? Como as escolas e as famílias podem interpretar essas maldades como normais, como fatos corriqueiros, coisas de criança? Como o mal pode se tornar banal e esconder seu escândalo?

O mal se torna banal porque os seus agentes são superficiais e suas vítimas são consideradas supérfluas. “Quanto mais superficial alguém for, mais

provável será que ele ceda ao mal. Uma indicação de tal superficialidade é o uso de clichês, e Eichmann era um exemplo perfeito” (ASSY, 2001, p. 145). Quanto à superficialidade da vida humana, Arendt (1989, p. 510) afirma que este tem sido um fenômeno decorrente do sentido extremamente utilitário das sociedades de massa (ANDRADE, 2010, p. 23).

Mais uma vez podemos nos remeter às práticas de bullying. Podemos considerar que os agressores de bullying são estudantes superficiais, que apresentam dificuldade em reconhecer e aceitar as diferenças de suas vítimas, muito provavelmente porque não conseguem pensar de modo reflexivo. Talvez, essa dificuldade seja semelhante à de Eichmann, que teve seus pensamentos esvaziados, e no lugar destes, foram colocadas frases prontas, clichês e preconceitos (juízos enraizados e não refletidos). Eichmann não tinha ódio dos judeus, mas os considerava supérfluos, pessoas sem importância. Será que não é exatamente isso que os agressores de bullying pensam sobre suas vítimas? Será que não é isso que os faz banalizar a maldade? Será que quando um estudante obriga seu colega a tomar sua própria urina ele considera seu colega como uma pessoa que digna de respeito? Ou ele pratica essa maldade por que enxerga seu colega como alguém superficial, sem valor?

A banalidade do mal está além do mal radical no sentido kantiano, não podemos entendê-la apenas como um desvio moral. Quando o mal é banalizado, a vítima dessa maldade é vista como descartável e invisível, e todo seu sofrimento assume o lugar da normalidade. Quando escolas e famílias tratam o bullying como algo normal, a nosso juízo, estão contribuindo para a banalidade do mal, estão sendo coniventes com a transformação de estudantes em sujeitos superficiais e estão cooperando para que o horror seja escondido.

Considerações finais

Nesse texto, procuramos compreender as singularidades do comportamento bullying. Afirmamos que este último é reflexo da incapacidade que os alunos apresentam em aceitar as diferenças que se instauraram no ambiente escolar. Como possibilidades analíticas para o entendimento dessa problemática apresentamos a política do reconhecimento social de Charles Taylor e o conceito de banalidade do mal de Hannah Arendt. Concluímos defendendo que o comportamento bullying é intolerável no ambiente escolar e que sua emergência está relacionada a dois fatores: 1- a dificuldade que os estudantes apresentam em conviver com a diferença e 2- a banalização do mal, que se apresenta sem sentido e sem justificativas e caracteriza o bullying é resultado da inaptidão dos estudantes em pensar e refletir suas próprias ações.

Nos atuais tempos sombrios que vivemos uma possibilidade de enfrentar o bullying é primeiramente reconhecer que esse comportamento existe e não é uma simples brincadeira de criança. Contudo acreditamos que além desse reconhecimento um caminho possível para compreender e enfrentar o bullying é investir numa proposta pedagógica de educação para o pensamento e para diferença. Mas, o que seria isso? Os estudantes reconhecem que o bullying é prejudicial, mas quando são interrogados sobre por que continuam agredindo seus colegas não conseguem formular uma resposta convincente. Por que não conseguem? Provavelmente porque não pensam em suas atitudes, não refletem e não são incentivados a refletir sobre seus valores, suas identidades e que tipo de ser humano gostariam de se tornar. Educar para o pensamento e para a reflexão significaria cultivar em nós e em nossas relações educativas atitudes que possibilitem o diálogo interno como uma atividade inerente à vida humana.

Quando estou pensando não me encontro onde realmente estou; estou cercada não por objetos sensíveis, mas por imagens invisíveis para os outros. É como se eu tivesse me retirado para uma terra dos invisíveis, da qual nada poderia saber, não fosse esta faculdade que tenho de lembrar e imaginar. O pensamento anula distâncias temporais e espaciais. Posso antecipar o futuro, pensá-lo como se já fosse presente, e lembrar do passado como se ele não tivesse desaparecido (ARENDDT, 1999, p. 67).

O pensamento interrompe todas as nossas atividades, deixa-nos inseguros quando percebemos que duvidamos de coisas que antes nos davam

uma segurança irrefletida. Educar, na perspectiva do pensamento arendtiano, é provocar essa descontinuidade, uma ruptura com o mundo cotidiano para reconciliar-se com ele num novo significado (ANDRADE, 2010, p.127). Essa ruptura é fundamental para que a banalização da maldade que permeia as relações intersubjetivas dos estudantes não se consolide e não se transforme em práticas de bullying.

Referencias bibliográficas

ANDRADE, M. *Tolerar é Pouco? Pluralismo, mínimos éticos e prática pedagógica*. Petrópolis, RJ: DP ET Alii: De Petrus; Rio de Janeiro: Novamérica, 2009.

_____. *A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas*. Revista Brasileira de Educação, v. 15, 2010

ARENDR, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSY, Bethânia. Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo J.; BIGNOTTO, Newton (Orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001

COSTANTINI, Alessandro. *Bullying: como combatê-lo? Prevenir e enfrentar a violência entre jovens*. São Paulo: Itália Nova, 2004.

FANTE, C. A. Z. *Fenômeno Bullying: Estratégias de intervenção e prevenção entre escolares (Uma proposta de educar pela paz)*. São José do Rio Preto, SP, Ativa, 2003

KOHN, Jerome. O mal e a pluralidade: o caminho de Hannah Arendt em direção à *Vida do espírito*. In: AGUIAR, Odílio Alves et al. (Org.). *Origens do totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 9-36

OLWEUS, D. *Aggression in the schools: Bullies and whipping boys*. Washington, D.C.: Hemisphere (Wiley), 1978

_____. *Stability of aggressive reaction patterns in males: A Review*. *Psychological Bulletin*, 2010

SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 11^o Ed. São Paulo: Cortez; 2006.

TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.